

Arrocho faz brasileiro mudar hábitos

São Paulo — A perda do poder aquisitivo dos salários está levando o trabalhador a cortar produtos que antes eram indispensáveis. As roupas são usadas por mais tempo, o que pode ser sentido na indústria têxtil, que registrou 183 falências no mês passado, em São Paulo e no Rio de Janeiro. O consumo de mortadelas mais populares cresceu no ano passado, como informam os grupos Sadia e Perdigão. Esse fenômeno é explicado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) numa pesquisa realizada com 75 categorias profissionais, que constatou perdas salariais entre 60 e 70 por cento do poder de compra que tinham em março de 1990.

A política salarial adotada pelo Governo, em vigor desde setembro do ano passado, permitiu que as perdas continuassem se acumulando. Um trabalhador com salário de Cr\$ 500 mil e com data-base em setembro deveria receber em fevereiro Cr\$ 845,2 mil, conforme o cálculo da lei. Se a correção fosse feita com base na inflação acumulada da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (Fipe), que naquele período atingiu 244,04 por cento, o salário deveria ser de Cr\$ 1,7 milhão, o que representa uma defasagem

de 103,55 por cento. Segundo a economista Solange Sanches, do Dieese, essa lei só protege os salários de até três mínimos, ou de Cr\$ 288,1 mil, atualmente. Quem ganhava essa quantia e tem a data-base em setembro recebeu antecipações bimestrais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e, em janeiro, mês que encerrou o quadrimestre, reajuste pleno referente ao INPC do período.

O coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe, Juarez Rizzieri, explica que reajustar os salários com base na inflação colocaria em risco o programa de estabilização econômica do Governo, pois estimularia a subida dos preços. Por outro lado, os salários baixos

podem causar a queda das vendas, o que agravaria a recessão. Por isso, defende a política salarial do Governo, que não tem a intenção de repor perdas passadas e nem repassar a inflação aos salários, mas apenas garantir a manutenção das bases salariais.

Já o diretor do Departamento de Economia da Fiesp (Decon), Sérgio Bergamini, acredita que a política salarial do Governo é um grande engano. Ele explica que o trabalhador que ganhava um salário mínimo em novembro (Cr\$ 42 mil) teve reajuste de 139 por cento pelo INPC e passou para Cr\$ 100,3 mil. Dois meses depois, o salário mínimo passou para Cr\$ 96 mil.

